

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio do Estado (M.S.) Class.: 604

Data 21 de agosto de 1987 Pg.: _____

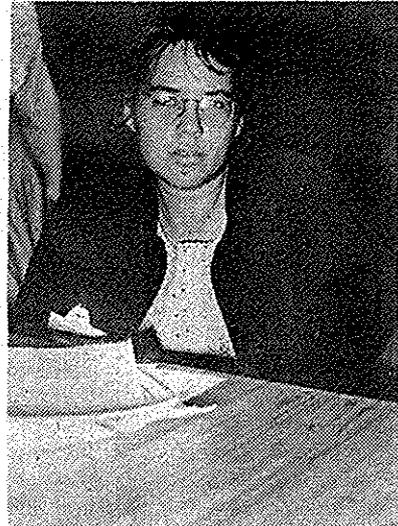
M. S. 168 A conciliação entre os índios e a fauna

A assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na Amazônia Ocidental, Ana Paula Souto Maior, mostrou ontem no painel "Áreas protegidas" que é possível conciliar os interesses indígenas com os de proteção à fauna, desde que não se substitua a figura jurídica "terras indígenas" por qualquer figura de preservação ambiental, prevista na legislação referente à matéria.

Lembrou Ana Paula que o art. 198 da atual Constituição garante aos índios a posse permanente de suas terras e o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. Um dos obstáculos em caso de substituição se dá em razão da restrição ao direito dos índios de usufruto das riquezas naturais existentes nas terras ou da supressão da exclusividade no gozo desses direitos. "Mas o principal é que as terras indígenas são bens públicos com destinação inalterável de garantir a sobrevivência física e cultural dos índios", afirmou.

A representante do Cimi disse que a relação dos povos indígenas com os recursos naturais é equilibrada e só se altera esse equilíbrio na mediada em que as áreas sofrem influências externas: exploração e madeiras, mineração e invasões.

"Os interesses que hoje ameaçam os índios - afirmou - são os mesmos que ameaçam o meio ambiente. Temos aí o exemplo do Projeto Calha Norte, que impede a demarcação de áreas indígenas em fai-



Ana Paula Souto Maior
xas de fronteira, mas permite a instalação de bases militares e vilas colonizadoras". A advogada exemplifica outros fatores prejudiciais: a política de desenvolvimento do Governo federal para regiões como a Amazônia, que não leva em consideração populações regionais, nem as atividades tradicionais de exploração da floresta que se desenvolvem sem a depredação dos recursos naturais; a construção de obras públicas cortando território indígena, como estradas e hidrelétricas.

Ao final da sua intervenção, Ana Paula fez uma advertência: "É preciso que a sociedade conteste todas as formas de agressão ao homem e seu habitat, principalmente as geradas pelo Estado ou com seu apoio e omissão".